

Nos domínios de Raunheitti

■ Entidade ganha subvenções mas cobra mensalidade

VERA ARAÚJO

Os moradores da Ilha do Governador podem não conhecer a Sociedade Educacional Campos Salgado (Secs), localizada no bairro, mas o governo federal a conhece bem. Só em 91, esta entidade “sem fins lucrativos, de natureza educacional filantrópica” — de acordo com seu registro —, recebeu US\$ 243,16 mil de subvenções federais dos US\$ 16,7 milhões que chegaram às instituições do Rio de Janeiro. Na realidade, a Secs é conhecida como Faculdades Integradas da Ilha, nome usado inclusive pela diretoria da instituição para chamar alunos e cobrar mensalidades.

A CPI que apura irregularidades no Orçamento da União descobriu que a Secs recebeu do

governo federal, no ano passado, Cr\$ 80 milhões provenientes de emenda apresentada pelo deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ), que tem a Baixada Fluminense como reduto eleitoral. Por ironia, os mesmos diretores da Secs são responsáveis por mais seis entidades conhecidas como Associação Brasileira de Ensino Universitário (Abeu): duas em Belford Roxo, duas em Nova Iguaçu, uma em Nilópolis e outra na Ilha, ao lado da Campos Salgado. A Abeu também recebe subvenções.

A Secs foi fundada em 10 de abril de 1972, para “favorecer o acesso à educação de pessoas que não tenham capacidade econômica, através de financiamentos ou bolsas de estudo”. Só que, desde janeiro de 1984, a sociedade mudou de mãos. Com a morte do fundador da Secs, Armando Salgado, os bens, incluindo o prédio da instituição, no número 809 da Rua Professor Hilário da Rocha, no bair-

ro do Tauá, na Ilha do Governador, foram vendidos. Estranhamente, quem comprou o imóvel levou também a razão social, um chamariz para verbas federais, apesar dos objetivos da instituição terem sido alterados.

O tesoureiro da Campos Salgado e diretor da Abeu, professor Valdir Vilela, alegou que as verbas federais recebidas pela instituição reverteram em bolsas de estudo para famílias carentes. “Nem sei se recebemos exatamente estes valores que a CPI alega. As verbas vieram do Ministério da Ação Social, mas seria necessário um levantamento na contabilidade para eu divulgar exatamente os valores recebidos. Quanto às mensalidades, cobramos sim, mas elas são as mais baixas do mercado”, justificou Vilela, como se fosse natural a cobrança de mensalidades por parte de uma entidade filantrópica.